

fol 75

andorão de honra de Ruizes. Prossiguendo disse
ter a mais absoluta certeza de que o Prefeito -
Ulair Correa, jamais permitirá que as praias
do município sejam privatizadas, hipóteses
de sua solidiedade ao povo de Ruizes, chamam
de sua fala. Nada mais havendo a tratar, o
Senhor Presidente marcou a próxima reu-
nião Ordinária para o dia (17) dezesete de
abril de (1986) às dezessis horas, e encimou
a presente em nome de Deus. E para cumprir
mandou que se lavasse esta Ata, que de
pois de lida, submetida à apreciação ple-
nária, aprovada, será arquivada para que
produza seus efeitos legais. Des. Luiz

Antônio Carlos
Trindade

Cita da Décima Segunda
Reunião Ordinária do Mi-
nuto Período (Ordinário)
do ano de mil novecentos
e oitenta e seis (1986) Reali-
zada no dia (17) de abril

As dezessis horas do dia (17) dezesete de
abril, do ano de mil novecentos e oitenta e seis
(1986), sob a Presidência do Ilustre Lic. Silva
da Rocha, e com a ocupação da Primeira e Se-
gunda Secretarias pelos Ilustres Cristiano
Azeiteiro de Oliveira e Mauro José de Azevedo, reu-
nião na Câmara Municipal de Cabé Tric, e
além desses responderam a Chamada Nom-
inal, os seguintes Ilustres: Antônio Carlos
de Carvalho Trindade, Alcimides Ferreira de

Sousa, Dinley Pereira da Silva, Erenides da Silva, Sílvia Santos, Geraldo Farias Neves, Gennery de Araújo Ramos, Onias Cordino Moraes, Octávio Raja, Galvão, Orlando Brito da Silva, Walter de Bessa Teixeira, Ulmar Monturo, Gerson do número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente em nome de Deus Não havendo Ata confeccionada para ser lida o Senhor Presidente determinou a leitura de "Expediente" que constou do seguinte: Projeto de Lei n.º 19186 oriundo da Mensagem Executiva n.º 15186, que dispõe sobre alienação em licitação de uma área de terras de interesse da Senhora Dulce Aluizio de Santanna; Projeto de Lei n.º 20186 oriundo da Mensagem Executiva n.º 14186, que dispõe sobre subvencão no valor de Cr\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil cruzados) a favor do "Conselho Comunitário de Calor Frio"; Requerimento n.º 23186, que dispõe sobre o envio do Expediente ao Senhor Agente Regional da CEDAE na Região dos Lagos, Dr. Carlos Rikio Suzuk, convidado e para prestar esclarecimentos ao Plenário da Câmara Municipal, sobre diversas questões envolvendo a CEDAE no Município; Requerimento n.º 24186, 25186, 26186, 27186 e 28186, que dispõe sobre pedidos de informações ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, todos de autoria de Vereador Dinley Pereira da Silva; Requerimento n.º 30186, que dispõe sobre concessão de Medalha de Aplausos ao CPB - Confederação de Professores do Brasil, pela luta em favor do Estatuto de Magistério e 31186, que dispõe sobre Moção de Aplauso aos Professores do Estado do Rio de Janeiro, ambas de autoria do Vereador Amílcaro Arielli de Oliveira; Requerimento n.º

32186, de autoria do Vereador Omas Cardoso Meraes que dispõe sobre urgência e dispensa de licitação para o Projeto de Lei n.º 20186, ouvidor Mensagem n.º 14186, nas Comissões permanentes a matéria, e Indicação n.º 40186, de autoria do Vereador Orlando Britto da Silva, que dispõe sobre complementação de calçamento para a Rua Vasco Pereira de Souza Bairro São Cristóvão. Terminada a leitura do "Expediente", o Senhor Presidente, franqueou a palavra para o primeiro vereador inscrito no livro. Fez uso da mesma como primeiro orador o Vereador Virley Pereira da Silva, dirigindo-se aos Professores da Rede Estadual, disse a causa merecia o apoio de todos afirmando ainda que sua posição era inamovível, e que os demais deveriam estar sempre de lado das grandes populações, e que o Magistério municipal e respectivo de município e de estado, não deveria ser apenas uma luta de partidos políticos devendo ser colocadas acima de si mesmas. Adiante disse que da mesma forma ele se estivera ao lado dos Professores Municipais, em episódio recente sustentava mais uma vez, o seu mais insustentado apoio ao Magistério Estadual, cuja situação considerava em alto de conta forma atrozmente humilhante, e que a Educação deveria ser meta prioritária de qualquer governo valorizando os seus profissionais. Disse também que em determinada conjuntura, criticara alguns companheiros de PMDB, por não se manifestarem a favor do Magistério Municipal em sua luta reivindicatória, e que era lamentável, e que quando a sua Alçada mesmo pertencendo ao partido de governo de Estado, não deixava de amparar a sua pe-

rução crítica, postura de um verdadeiro homem público. Reportando-se a requerimento de sua autoria a serem apreciados naquela reunião, disse que solicitara o apoio dos Senhores Ilustres, Jucais do Poder Executivo, lembrando ainda que o jornal Açu havia publicado em sua última edição várias denúncias sobre a questão, dando a seguir o teor dos requerimentos que se referiam sobre a Prefeitura havia arrecadado na cobrança de estacionamento irregular na Praia de Forte quanto meses durara a operação, quanto veículos haviam sido manobrados, que categoria funcional efetivara tal cobrança porque não se havia enviado mensagem a Câmara para tornar legal a cobrança das referidas taxas.

Requerimento de informações: quanto a Prefeitura Municipal havia arrecadado no último Carnaval, onde fora aplicado o dinheiro arrecadado. Requerimento dispondo sobre: quanto a Prefeitura havia arrecadado na aplicação do dinheiro público no "open market" desde o início das operações, em que estabelecimento bancário haviam sido feitas aplicações. Requerimento solicitando informações quanto a veracidade das notícias de que o proprietário da área onde fica a Favela da Praia de Forte, teria dado dinheiro a Prefeitura Municipal para ajudar na remoção da referida favela em caso positivo quanto a Prefeitura recebia, onde fora aplicado o dinheiro pois a favela continuava no mesmo local. Requerimento solicitando as seguintes informações: A Prefeitura de Cabo Frio canaliza dinheiro público para o futebol profissional, em caso positivo quanto investiu minimalmente na

10/17

modalidade esportiva, de que suporta o Prefeito
se utiliza para destinar o dinheiro de futebol pro-
fissional. A seguir disse não ter dúvidas de que
os seus requerimentos seriam aprovados por uma
maioridade. Prosseguiu disse que infelizmente
muitos requerimentos aprovados pela Câmara não
tinham merecido a atenção de Senhor Prefeito, e
assimend o solicitava aos Vereadores de PMDB que
além do voto favorável, fizessem gestões junto ao
Executivo no sentido de que os seus requerimentos
fizessem devidamente respondidos. A seguir disse
que a cerca de quinze dias havia solicitado ao
Senhor Prefeito a través de requerimento e envio
dos balancetes mensais da Prefeitura e que a
recusa a resposta por parte do Executivo a Câma-
ra Municipal constituía-se em inflação política
administrativa passível de cassação de manda-
tos, dizendo que não fazia uma ameaça, mas sim-
plemente um alerta, que se no prazo delimitado
de por, ele o Senhor Prefeito não mudar e que era
solicitação uma requeria de Senhor Presidente
providências cabíveis, disse das informações
que havia recebido de IBAM quanto a matéria, en-
tão pediu a seguir sua fala. A seguir ocupou
a Tribuna o Vereador Geraldo Farias Neves,
iniciando sua fala solicitou a compreensão dos
Senhores Vereadores no sentido de que pudesse di-
negr sua fala ao povo de Anápolis de São, no sen-
tido de prestar esclarecimentos que julgava ne-
cessários. A seguir fazendo a leitura, disse que
quando das eleições verificadas em Anápolis de
São, disse que se posicionaria pelos seus impul-
sos ideológicos na intenção de proporcionar ao
povo cabrita e que considerava melhor para
sua terra. Disse também, daí então, se as

humaneas que o discriminavam, que não compactua-
va com desmandos públicos, ou com perseguições e
injustiças, entendendo acima que no momento da vi-
tória e vencedor deveria ser generoso para com os
amigos e justo para com todos, mais, que se em
sua vida pública havia contribuído para suas
repentis, antes que as mesmas se constituíssem
numa ameaça para quem tanto amava, seria
o primeiro a esmagar-lhes a cabeça, encerrando
sua fala, dizendo que suas palavras exprimiam
o seu arrependimento por ter participado das elei-
ções em Urnaial do Lago. A seguir ocupou a Tribu-
na o Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trinda-
de, iniciou sua fala abordando dois requirimen-
tos que se encontravam na pauta da reunião, o
primeiro de sua autoria de nº 29186, e o segundo do
Vereador Crustarco Cicelli de Oliveira com o número
2018, os dois tratando sobre solidariedade aos Pro-
fessores Estaduais, representados na platéia e lu-
tando por salários e melhores condições de tra-
balho além de um plano de carreira, solicitan-
do a seguir a mesa, para que houvesse uma con-
ciliação, que lhe fosse permitido retirar o
seu requerimento, mesmo tendo número an-
terior, e que fosse colocado em apreciação e
do Vereador Crustarco Cicelli de Oliveira, pa-
raticamente com o mesmo teor. A seguir,
solicitou a mesa, fosse elaborado um requi-
rimento, ainda naquela reunião ao CEP,
fizesse com que o mesmo chegasse ao Senhor
Governador de Estado, para que ficasse clara
a posição da Câmara quanto a justiça de
movimento, solicitando ainda aos Senhores
Vereadores a elaboração de Requerimento de
requisição ao Senhor Prefeito Municipal no senti-

105

de de que fosse atendida realmente o acordo firmado com os Professores da Rede Municipal, independentemente do recebimento dos "royalties" de petróleo. A seguir criticou o comportamento de Sr. Prefeito na reunião anterior na Câmara quando estiveram também presentes moradores de Buzios protestando contra o fechamento da Praia da Ferradura por particular, afirmando que o Prefeito ocupara erradamente a Tribuna da Câmara, sem qualquer arde a Presidência, e que o mesmo em palavras ofensivas agredira a população de Buzios, e ainda que o Prefeito Cibah Louie o atacara de maneira pessoal, por força de seus pronunciamentos críticos e quando a Administração Municipal e as promessas não cumpridas com o Sr. Chefe Administrativo de Buzios, e mais que edmitiu-se deveria ter sido despedido para pagamento de manilhas, segundo o Sr. vereador Manoel José Lizardo adquiridas de uma firma de propriedade de um senhor residente em São Geraldo. Adiante disse que o exemplo de Buzios todo o município estava abandonado e que a limpeza só ocorria quando havia festa em Cabo Frio. Encerrou sua fala dizendo que o Prefeito Municipal deveria despirvar aos fornecedores da Prefeitura. O mesmo tratamento dado a sua irmã, proprietária de uma fábrica de manilhas, cujas pagas em dia os seus compromissos da municipalidade e receberia efetivamente as obrigações e elas. A seguir ocupou a Tribuna o Sr. vereador Manoel José de Lizardo, iniciando sua fala e dizendo de Sr. de Vila del Antônio Carlos de Carvalho Trindade, disse que o Sr. vereador de

ocupar a Tribuna, local sagrado, deveria se pre-
ocupar em falar apenas a verdade, e não criar si-
tuções que não correspondiam a veracidade dos
fatos, afirmando ainda que como Vereador e
seu primeiro compromisso era com o povo, e que
mesmo pertencendo ao Partido do Executivo, não
se furtava a crítica quando necessária ou de-
slogia quando justo. Prosseguindo, disse que
já estava se tornando rotina, sempre que das
das representativas estavam presentes na casa
alguns Vereadores assumissem a Tribuna e
fazem demagogia, considerando que os
Vereadores em alusão, deveriam ter tal com-
portamento sempre e não apenas nos momen-
tos de movimento reivindicatório. Disse que
no início do movimento do magistério estadual
fizera um apelo no sentido de que o classe tivesse
seus reclamos atendidos e que nenhum Vereador
se pronunciara a respeito e que só acontecera
naquela reunião por causa da presença dos
Professores, falou a seguir de suas inúmeras
solicitações em favor da comunidade, e mais
um sem número de realizações de sua responsa-
bilidade, considerando que os demais Vereadores
tinham que seguir seu exemplo. A seguir re-
leu correspondência de moradores do Bairro
Jardim Esperança, solicitando melhoramen-
tos para o local, lendo o documento na in-
tígia, Prosseguindo, disse que os políticos
de Cabo Frio deveriam preocupar-se mais para
elevar o nível de vida do município, e não
apenas pensarem em se fazerem através
da política, e ainda, que havia sido ilícito
nem gastar um centavo, e que o povo atendera
sua mensagem. Finalizou sua fala dizendo

10/11

que o vereador Antônio Carlos de Carvalho Tomada, motivado pela presença de membros de Búzios naquela reunião disse que iria pedir a implantação de uma Agência do Banco do Brasil no distrito, lembrando ao vereador que Búzios não estava emancipado. C. requir ocupou a Tribuna e o vereador Orlando Brito da Silva, solicitou ao Senhor Presidente, fosse registrado em Ata que no dia cinco de abril de corrente estivera presente a inauguração do Diretório do P.C.B. e que por um lapso não registrara na Ata própria, registrando que naquela oportunidade fora empossado como Presidente de Partido Comunista Brasileiro em Cabo Frio, o Sr. José Américo, parabenizando e mesmo por sua postura e conduta e brilhante pronunciamento naquela reunião. Registrou sua participação realizada no hotel Malibú, naquela semana reunindo Prefeitos da Região dos Lagos, autoridades estaduais, técnicos em turismo, tendo como finalidade o incremento e ordenamento do turismo na Região, considerando que a reunião havia sido muito proveitosa, tendo destacado também as participações decididas ao Prefeito Alan Correa e de vereador Walter de Berra Teixeira, Adiante manifestou sua solidariedade ao magistério Estadual presente naquela reunião, lembrando que quando do movimento do professorado municipal tinha a honrabilidade de também participar no sentido de que fosse encontrada uma solução, o que aconteceu, e mais, que lamentava naquela reunião a ausência daqueles colegas que quando da crise com os professores

do município haviam comparecido a Câmara por cento apenas almejado ganhos eleitorais, e forçando para que o impasse continuasse, atirando o Prefeito e os Professores do Município, mas que felizmente o Prefeito Alain Corrêa, com bom senso quisera contornar a situação. Ao contrário do que acontecia com o Governador Brizola, que autoritário e arbitrário verdadeiramente humilhava a classe que lutava com um movimento justo e ordenado por melhores condições de trabalho e de salário. Adiante, disse que o Vereador indicado para fazer chegar ao Governador o Requerimento da Câmara, solicitando uma resolução para o magistério Estadual, era sem dúvida o Vereador Dirley Pereira da Silva, líder do PDT, que estranhamente naquela reunião não se mostrava tão remete e eloquente, quando da ocasião em que o mandato era o Prefeito Alain Corrêa, mas que a posição discreta do Vereador do PDT era perfeitamente compreensível, e neste era flagrante o seu cuidado de não atingir o seu grande líder, o Governador Brizola, o mesmo Leonel de Moura Brizola que na década de sessenta, agitou o povo brasileiro, fomentava greves, era contra tudo, não se entendendo portanto como o Governador do Estado hoje repudiava violentamente movimentos justos reivindicações salariais e o direito e a classe trabalhadora. Em aparte o Vereador Dirley Pereira da Silva disse que o mandato de vereador pertencia ao Prefeito Municipal, neste que era suplente, e que assim sendo não lhe era permitido independência para criticar o Governo Municipal, mas

que seu mandato não pertencia nem ao Governador Brizola, e nem ao PT, pertencia ao povo brasileiro. Em resposta o orador disse que talvez fosse mais independente do que poderia parecer e mais ainda do que o abertista afirmando ainda que sempre viveria em La Vo Frio independentemente, sem precisar da Câmara, e que continuaria independente politicamente e financeiramente, e que era uma constante nos seus vinte anos de La Vo Frio. Disse também que a renúncia do Vereador Virily Pereira da Silva não o atingiria, mas que como profissional técnico seria independente até fora do país, e que na condição de homem independente, fazia política por prazer e também por ter como filosofia de vida ajudar o seu próximo. Condenando a atuação do Governador Brizola ante o movimento de magistrados estaduais, ante sua perplexidade pelo fato de Vereador Virily Pereira da Silva não estar emprestando toda sua energia aos professores, a exemplo do que fizera quando o fato ocorreu na esfera municipal, mas que sobretudo entendia que na verdade o Vereador do PT não queria lhe indicar o seu líder, não queria desgarçar-se na hoste governamental, e que os professores pensos cultos e preparados já haviam entendido os movimentos do líder do PT na Câmara. A seguir, ocupou a Tribuna o Vereador Aristonice Accioli de Oliveira, após as saudações de praxe disse que divide a iliberação trazida pela leitura, na reunião anterior, de artigo com declaração do Prof. Percy Ribeiro, atual Governador do Estado, alertando a solicitação de um

grupo de professores iria proceder a leitura de
mesmo, ainda porque o artigo publicado no
Globo de domingo próximo próximo, mortificava
uma nova face de um homem que em época pas-
sada sempre fora ligado a cultura e um dos seus
mais extremados defensores, solicitando ainda que
o mesmo fosse transcrito nos anais da casa, pois
o escrito refletia sem dúvida as que tida indica-
va o pensamento ~~ful~~ do governo Leonel Brizola,
A requiriu a leitura do artigo com o re-
quinte ter: "Vice Governador diz que não há
dinheiro". Proposta de CEP é irrealizável. Não
foi apresentada para ser aceita, nem todo
dinheiro do Estado seria suficiente para aten-
di-la, disse ontem o Vice Governador Darcy
Ribeiro ao comentar a greve das redes Muni-
cipal e Estadual de ensino. Para Darcy a reivin-
dicação da categoria é exagerada e se aceita
levaria a distorções como "maiores salários pa-
ra os professores de que para os médicos. Na opi-
nião do Vice Governador o professorado está sendo
manipulado por grupos com interesses. Ele espera que
os dirigentes do CEP revejam a posição que assumiram e deixem de querer ao mesmo tempo o
céu e a terra. Eles tem que colocar os pés no chão e felizes agradecerem o que já conseguiram mas
mo que seja só arroz com feijão, por enquanto acrescentou ele. No entender um plano de corre-
ta para o magistério é uma reivindicação justa, mas o governo do Estado apresenta uma pos-
posta no limite máximo de seu orçamento; para Darcy as negociações foram prejudicadas en-
quanto os líderes do movimento não colocam em discussão a proposta do Estado. Encerrando a leitura
o Vereador Augusto Assali de Oliveira criticou severamente as declarações do Vice Governador, e
mas que a greve se arrastando por quase trinta dias prejudicavam sensivelmente a população escolar
do Estado, mas que sem dúvida a família fluminense apoiava a causa dos professores, lamentando a
discriminação sofrida pelos professores classe profissional sobre a qual recai a responsabilidade
de formar os quadros futuros do País. Agradecendo ao Vereador Antônio Carlos de Carvalho sua
dado que retirou da pauta requerimento de sua autoria dispondo sobre solidiedade os magistéri-
o Estadual, em favor de propostas de sua autoria com o mesmo teor, procedeu a leitura da mes-

ma, que aprovada seria enviada ao Governador Bizolo, contendo a matéria dos acordos dos 2 mil e 500 Vereadores, com exceção do Vereador Silva Siqueira, ausente por estar acomada, agradecendo de maneira especial o esmero do Vereador Orley Pereira. Quanto ao acordo firmado pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio e o professorado do Município, em recente episódio marcado também por justas reivindicações salariais, disse que o mesmo havia sido realmente firmado em função do recebimento das "royalties" lamentando porém que o próprio Governo do Estado, através de Deputados vinculados ao PDT, viessem sistematicamente tentando alijar Cabo Frio como Município de Nilópolis, e que assim sendo diante do risco, não juntamente com a Bancada do PMDB, tentar junto ao Senhor Prefeito e ao magistério Municipal um novo acordo e que assim sendo, em seu gesto de monstrosidade todo o respeito de que era merecedora a classe dos professores. A seguir o Vereador Aristarco Gualdi de Oliveira manifestou sua solidariedade a radialista Glete Simone, por ter o mesmo sofrido sanções disciplinares da Rádio Cabo Frio, em função de contestações levadas ao ar em programa de sua responsabilidade, quanto as notícias divulgadas na última edição do jornal Aque, dizendo do caráter elevado da radialista e do seu alto nível profissional, afirmando que reiterava suas críticas quanto ao jornal, suas matérias principalmente seus artigos, altamente tendenciosos confundindo a opinião pública com suas fantasias e afirmações dúbias. Solicito que a Diretoria da Rádio reexaminasse a punição aplicada a radialista Simone e protestasse a justiça. Enunciou sua fala dizendo que também estava magoada com as censuras inseridas no jornal Aque que mais uma vez afirmava, eram injustas e carecendo da verdade. Iniciando sua fala o Vereador Altair Monteiro disse que em janeiro de 1985, em Congresso realizado em João Pessoa, Estado da Paraíba os professores acordaram que o dia 17 de abril seria consagrado como dia dedicado a luta nacional da classe, por melhores salários e prioridade para a Educação, sendo lamentável que no Rio de Janeiro os professores tivessem que se reunir para chamar a atenção das autoridades para a importância da educação que antes de ser considerado como uma despesa, tinha que ser encarada como investimento no futuro da Nação, e que assim, fora muito apropriada a solidariedade demonstrada pela Câmara e laboriosa classe através de requerimento. Prossequindo, criticou o Governador Bizolo e ao Prefeito Saturnino Braga pelas seguidas declarações de que o ponto do professorado seria coberto, afirmando que tais posições eram truístas e contrárias aos princípios de moralidade e do próprio liberdade do ser humano, e mais, que enquanto era praticado a justiça salarial com outras categorias profissionais, não dava o mesmo tratamento ao magistério, o que era uma encarceraria, visto que em mensagem enviada a Assembleia o Governador propunha pagar o soldado classe C, como mínimo, no valor de Cr\$ 3.712 (três mil setecentas e doze cruzeiros), pagaria ao Professor, um mínimo de mil e quatrocentos cruzeiros o que era um verdadeiro absurdo embora o valor do valorosa remuneração da Polícia Militar, mas que não podia haver a discriminação e a humilhação de toda uma consagrada classe. A seguir o Vereador Altair Monteiro recorreu ao Voto

do Dilety Pereira da Silva por lei o mesmo dito que o mesmo dito que o Vereador Orlando Brito em um simples suplente, disse que manifestava sua solidariedade ao seu companheiro de Bancada, afirmando que as colocações do Vereador do PDT, por certo haviam sido ditas de forma impenzada e sem a intenção de ofender ao Vereador Orlando Brito, com direito a todas as prerrogativas inerentes a função, e a seguir encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente de imediato interrompeu os trabalhos a "Ordem do Dia", nela elapso foram apreciadas as seguintes matérias: foram encaminhadas às Comissões de Constituição e Justiça, Finanças, Decretos e Alienação, e Redação Final, o Projeto de Lei nº 30/86, contendo Mensagem Executiva nº 14/86 para em conjunto emitirem seus pareceres, por força da aprovação do Requerimento nº 32/86, encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 19/86, contendo Mensagem Executiva nº 15/86. Foi aprovado o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no Projeto de Lei nº 13/86, aprovados os Requerimentos nº 23/86, 30/86, 31/86 e 32/86, aprovada a Indicação nº 40/86. Foram rejeitados os seguintes Requerimentos: Requerimentos nº 24/86; 25/86; 26/86; 27/86; 28/86. Terminada a "Ordem do Dia" o Senhor Presidente franqueou a palavra para explicação pessoal para os Vereadores que não faziam uso da tribuna. Não havendo interessados para fazerem uso do seguinte dedicado a explicação pessoal o Senhor Presidente marcou a próxima Reunião Extraordinária para dia 10 de 16 minutos e, encerrou o presente, em nome de Deus e para concluir mandou que se lavrasse o presente Ata que depois de lida, submetida a apreciação Plena foi aprovada sua arquivada para que produzira seus efeitos legais.

Antônio Carlos de Oliveira

Ata da Quinta Reunião Extraordinária do Primeiro Período Legislativo do ano de mil novecentos e oitenta e seis (1986) Realizada no dia 17 de abril

Os dezesseis e quinze minutos do dia 17 de abril de mil novecentos e oitenta e seis (1986), sob a Presidência do Vereador Aguiar Silva do PSC e com a atuação da Primeira e Segunda Secretarias pelos Vereadores Antônio Carlos de Oliveira e Manoel José de Aguiar, reuniu-se a Câmara Municipal de Rato Branco, e além desses responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Antônio Carlos de Carvalho, Eriberto, Alcides Ferreira de Souza, Dilety Pereira da Silva, Eriberto da Silva Santos, Genaldino Carlos Neves, Humberto